



PREFEITURA MUNICIPAL DE Córrego do Bom Jesus

ADMINISTRAÇÃO 2021 – 2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2023, QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE Córrego do Bom Jesus e a Empresa José Augusto Coronado Sena

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023

Por este instrumento, de um lado do Município de Córrego do Bom Jesus, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 18.677.633/0001-02, com sede à Rua Doze de Dezembro, Nº 347, Centro nesta cidade, neste ato, representada pela sua Prefeita Municipal Sr.<sup>a</sup> **ELIANA DE FÁTIMA ALVES E SILVA**, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada simplesmente ADMINISTRAÇÃO, e de outro lado a empresa **JOSÉ AUGUSTO CORONADO SENA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 44.799.480/0001-78, com sede a Rua Vereador Benedito Rodrigues, 0 – Campos dos Raposos, Córrego do Bom Jesus-MG, tendo como representante legal, o Sr. **JOSÉ AUGUSTO CORONADO SENA**, inscrita no CPF sob o Nº 226.887.418-45 e portador do RG Nº 40.558.520-2 SSP/SP, doravante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, têm entre si justo e acertado a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento na Lei 8.666/93 e suas alterações e em decorrência do Processo Administrativo Nº 046/2023 Pregão Nº 019/2023, mediante suas cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a **Contratação De Empresa Especializada Para Futura E Eventual Prestação De Serviço De Coordenação, Gerenciamento E Regulamentação De Festival De Viola, Conforme Solicitação Da Secretaria De Turismo, Cultura E Meio Ambiente**, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023 e seus anexos e a proposta da empresa registrada correspondente, como segue:

QT	UNID	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MARCA DO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	Prestação de Serviço de Coordenação, Gerenciamento e Regulamentação de Festival de Viola, que será realizado nos dias 28 e 29 de abril de 2023.	José Augusto Coronado Sena	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00

Serviços a serem Contratados/Realizados

- Coordenação, gerenciamento e Regulamentação de Festival de Viola;
- 1 (uma) Orquestra de Violeiros contendo no mínimo 15 integrantes;
- 1 (um) Grupo de Catira contendo no mínimo 9 integrantes;
- 4 (quatro) jurados para o festival de Viola;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2021 – 2024

- 1 (um) Apresentador e Locutor do Festival;
- 1 (uma) Pessoa para contabilizar o resultado;
- 1 (uma) Atração Cultural;
- Decoração do Palco;
- Locação de Hotel para 10 duplas.

**VALOR TOTAL = R\$ 28.000,00**

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

**2.1 – Regime de execução indireta por item.**

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

**3.1 – A Administração estima que eventualmente pagará à empresa registrada o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária especificada no orçamento vigente.**

**3.1.1 – O preço proposto e ora registrado inclui todas as despesas com tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais para execução do objeto, uniformes e transportes de seus empregados. A empresa registrada responsabilizar-se-á, inteiramente, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, decorrentes ou relacionadas com os produtos ora registrados e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto registrado.**

### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

**4.1 – Conforme emissão de nota fiscal, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a empresa registrada protocolizará junto a Administração Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias.**

**4.2 – Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a manutenção das condições de habilitação da empresa registrada, notadamente no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;**

**4.3 – Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a empresa registrada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Administração.**

### CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2021 – 2024

**5.1 – Os valores serão fixos e irremovíveis, de acordo com a Lei nº 8.880/94 e legislação subsequente e no Decreto nº 2.271/97 e demais normas aplicáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata de registro de preços, exceto:**

**5.1.1 –** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente para justa remuneração de execução do objeto poderá ser revista, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata de registro de preços.

**5.1.2 –** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**5.1.3 –** Na hipótese da Empresa registrada solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos acompanhadas de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

**5.1.4 –** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Empresa registrada, esta deverá comprovar desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

**5.1.5 –** Fica facultado à Administração realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **empresa registrada**.

**5.1.6 –** A eventual autorização da revisão dos preços será concedida após a análise técnica e jurídica da Administração, porém contemplará a execução do objeto, realizados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Administração.

**5.1.7 –** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisada, **a empresa registrada não poderá suspender a execução do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**5.1.8 –** A Administração deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação à execução do objeto realizados após o protocolo do pedido de revisão.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2021 – 2024

**5.1.9** – O novo preço só terá validade, após parecer da comissão revisora e, para efeito de pagamento do objeto porventura entregue entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa registrada.

**5.1.10** – O diferencial de preço entre a proposta inicial da Empresa registrada e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração na ocasião da abertura do certame, bem como eventuais descontos concedidos pela empresa registrada, serão sempre mantidos.

**5.1.11** – Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês reajustado, o reajuste será calculado de acordo como nº de índice conhecido, cabendo, quando publicado o índice definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar. Caberá à empresa registrada efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto a correspondente Nota Fiscal.

**5.1.12** – A periodicidade prevista nesta cláusula poderá ser reduzida por legislação superveniente.

### CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA

**6.1** – A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento da Administração, enquadrando-se segundo a natureza.

**6.1.1** – Para os exercícios seguintes a despesa correrá por conta das dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos futuros.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA/ EXECUÇÃO

**7.1** – O presente ata de registro de preços será executado sob o regime de execução indireta global, entrando em vigor na data de sua assinatura com validade de 12 (doze) meses desta.

**7.2** – A empresa registrada poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços pelo prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo MUNICÍPIO, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado.

### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

**8.1** – A rescisão da ata de registro de preços poderá ser:

**8.1.1** – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2021 – 2024

8.1.2 – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

8.1.3 – A inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na Cláusula Décima Primeira.

8.2 – Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93.

8.3 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da empresa registrada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido.

8.4 – A rescisão de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal n. 8.666/93.

### CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

9.1 – Nos casos de rescisão previstos nesta ata de registro de preços, a Administração adotará as seguintes providências:

9.1.1 – Assunção imediata do objeto da ata de registro de preços, no estado e local que se encontrar;

9.1.2 – Retenção dos créditos decorrentes da ata de registro de preços, até o limite dos prejuízos causados à Administração.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 – Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520 de 17/07/2002, a empresa registrada que, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municipais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.2 – Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial na execução do objeto, fica sujeito a ata de registro de preços às penalidades previstas no caput do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93, na seguinte conformidade:

10.2.1 – Atraso até 10 (dez) dias, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado da obrigação, por dia de atraso;





**10.2.2** – Atraso superior a 10 (dez) dias até o limite de 30 (trinta) dias, será aplicada a penalidade de advertência e multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado da obrigação, por dia de atraso.

**10.2.3** – Pela inexecução parcial da ata de registro de preços, assim considerada entre outras inadimplências contratuais, o atraso superior a trinta dias na execução do objeto, a Administração, garantida a prévia defesa, procederá a rescisão unilateral da ata de registro de preços e, poderá aplicar a empresa registrada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Córrego do Bom Jesus por até 2 (dois) anos e multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado da obrigação, por dia de atraso, calculados até a data da rescisão contratual.

**10.2.4** – Pela inexecução total da ata de registro de preços, a Administração, garantida a prévia defesa procederá a rescisão unilateral da ata de registro de preços e, poderá aplicar a empresa registrada a penalidade prevista no § 1º e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços.

**10.2.5** – As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

**10.2.6** – O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da licitante apenada. Não havendo pagamento pela empresa, As multas devidas serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, quando for o caso, serão inscritas como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao processo judicial de execução.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CONTRATAÇÃO

**11.1** – As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre a **ADMINISTRAÇÃO** e a **EMPRESA REGISTRADA** poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

**11.2** – Na hipótese da **EMPRESA REGISTRADA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei Nº 8.666/93.

**11.3** – Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, a **ADMINISTRAÇÃO** poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas pelo **MUNICÍPIO**, observadas as condições do Edital e o preço registrado.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2021 – 2024

**11.4** – As obrigações de correntes desta Ata de Registros de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

**11.5** – A recusa da **EMPRESA REGISTRADA** em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

**11.6** – No caso previsto no subitem anterior, a critério da Administração, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela **EMPRESA REGISTRADA**, inclusive quanto ao preço.

**11.7** – O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderão ser alterados nos termos do Artigo 65, da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

**12.1** – Constituem obrigações da Administração, em especial:

**12.1.1** – Receber execução do objeto da Ata de Registro de Preços, conforme solicitação da Secretaria requisitante, nos termos da Cláusula Décima Quinta.

**12.1.2** – Efetuar o pagamento do objeto desta Ata de Registro de Preços, mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

**12.1.3** – Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

**13.1** – Constituem obrigações da Empresa Registrada, em especial:

**13.1.1** – A execução do objeto contratado, conforme solicitação da Secretaria requisitante, obedecendo aos critérios detalhados no **Anexo I**, em conformidade com o Edital e seus Anexos.

**13.1.2** – Manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS.

**13.1.3** – Paralisar, por determinação do Município de Córrego do Bom Jesus, a execução do objeto que não esteja de acordo com Edital e seus Anexos.





**13.1.4** – Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução da ata de registro de preços e, ainda, por todos os danos e prejuízos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente.

**13.1.5** – Cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor da Ata de Registro de Preços.

**13.1.6** – Ressarcir a Administração quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência da execução do objeto.

**13.1.7** – Apresentar relação das pessoas credenciadas à execução do objeto, a qual deverá ser controlada pelo executor da ata de registro de preços e/ou pelo órgão fiscalizador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

**14.1** – O objeto será fiscalizado na sua execução por representantes da Administração, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Empresa registrada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Córrego do Bom Jesus, e nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante Empresa registrada, no que concerne à execução do objeto da ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO

**15.1** – O recebimento do objeto desta ata de registro de preços será efetuado mediante recibo, definitivamente, referente a parcela da obrigação contratual cumprida.

**15.1.1** – A Administração rejeitará a execução do objeto em desacordo com as especificações, cabendo à empresa registrada o ônus decorrente da rejeição, incluindo prazos e despesas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

**16.1** – Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO

O teor do Edital e seus anexos, na modalidade Pregão Presencial Nº 019/2023 e a proposta da empresa registrada são partes integrantes desta Ata de Registro de Preços.





**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1 – A EMPRESA REGISTRADA** se obriga ao cumprimento integral do objeto desta ata de registro de preços, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta quer seja por erro ou omissão.

**18.2 – A EMPRESA REGISTRADA** deverá adotar todas as medidas, precauções e cuidados necessários, de modo a evitar eventuais danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, seja por ato ou omissão de seus empregados, prepostos ou assemelhados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da ata de registro de preços.

**18.3 –** Sob pena de a ata de registro de preços ser considerado rescindido unilateralmente, é defeso à **EMPRESA REGISTRADA**:

**18.3.1 –** A execução do objeto por meio de associação ou de subcontratação, salvo solicitação devidamente justificada por escrito e expressamente autorizada pela administração;

**18.3.2 –** Transferir, no todo ou em parte, a ata de registro de preços ou obrigações dele originárias, salvo solicitação devidamente justificada por escrito e expressamente autorizada pela administração;

**18.4 –** Eventual operação de transformação societária, fusão, cisão ou incorporação no decorrer da vigência contratual, deverá ser submetida à apreciação da Administração com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, para verificação de implicações no objeto empresa registrada.

**18.5 –** Se, no decorrer da execução da ata de registro de preços, surgirem eventos ou características relevantes que possam vir a afetar o objeto do presente, deverá a EMPRESA REGISTRADA comunicar expressamente a Administração acerca do ocorrido;

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

**19.1 –** Fica eleito o Foro da Comarca de Cambuí/ MG, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar a presente Ata de Registro de Preços, do qual extraíram-se 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

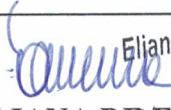
Córrego do Bom Jesus, 29 de Março de 2023.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREGO DO BOM JESUS

ADMINISTRAÇÃO 2021 – 2024

  
Eliana de Fátima Alves e Silva  
Prefeita Municipal  
Corrego do Bom Jesus - MG  
**ELIANA DE FÁTIMA ALVES E SILVA**

Prefeita Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**

  
**JOSÉ AUGUSTO CORONADO SENA**

José Augusto Coronado Sena

**EMPRESA REGISTRADA**

TESTEMUNHAS:

  
**Sheila dos Santos dos Anjos**

CPF: 223.488.278-82

  
**Reinaldo Alves Tanikava**

CPF: 028.810.618-00

**Reinaldo Alves Tanikava**  
Diretor do Depto de Compras  
e Licitação  
Corrego do Bom Jesus - MG